

FHC

MARCIO MOREIRA ALVES

* 1 MAR 1997



de Brasília

Conversas com FH

• O intelectual cria uma metáfora e dela se torna refém, acha o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a opinião de seu amigo da vida inteira, o filósofo José Artur Gianotti, que o advertiu publicamente sobre o risco de transformar-se em um déspota esclarecido. Gianotti jantou no Alvorada esta semana, e os dois devem ter acertado os ponteiros. O presidente lança o olhar sobre o passado:

— Nós, brasileiros, não estamos acostumados com um presidente da República que tem maioria no Congresso para implementar o seu plano de governo. Getúlio Vargas teve uma maioria precária, em 1950, dependendo do PSD, que não era o seu partido. Juscelino teve maioria no Congresso, mas não teve tranquilidade na sociedade. Hoje, o seu governo é considerado como uma espécie de idade de ouro. Mas, enquanto transcorria, era contestado violentamente na sociedade, até pelas armas. Jânio era minoritário no Congresso e quebrou a cara. Jango, a mesma coisa. Depois do período militar, Sarney tampouco tinha maioria e ficou semi-paralisado pela disputa de poder com Ulysses Guimarães e o PMDB. Não conseguiu liderar a Constituinte, a não ser para estabelecer em cinco anos a duração de seu mandato. Fernando Collor era, também, minoritário e acabou sofrendo o impeachment. No período do Itamar, nós só conseguimos implantar o Plano Real porque o Congresso estava paralisado pela CPI do Orçamento e pelo envolvimento de alguns de seus principais líderes no escândalo. O primeiro presidente desde o general Dutra, há 50 anos, a ter uma sólida maioria sou eu. Essa situação, que seria uma rotina indispensável no

Continua:

— Mas tudo isso significa o que? Um despotismo? Não. Significa que este é um governo democrático, um governo que está sempre disposto a negociar com o Congresso, mesmo que a negociação tenha mau efeito sobre a sua popularidade. Porque, não tenha dúvida, o povo não gosta das negociações com o Congresso. A população não entende as disputas internas entre os partidos, que a imprensa apresenta como sendo uma espécie de barganha continuada em torno de ambições pessoais. O hábito brasileiro é que o governante, escolhido em eleições majoritárias, mande. As negociações com os parlamentares parecem ao povo uma fraqueza.

Fernando Henrique não quer esperar que o Senado aprove, lá por abril, a emenda da reeleição para fazer avançar as outras reformas constitucionais em andamento no Congresso. A reforma da Previdência, que terá de ser profundamente alterada pelos senadores e devolvida à Câmara, para evitar o buraco negro nas suas contas daqui a três ou quatro anos, no novo mandato, portanto, está entregue ao senador Beni Veras. Beni, um político em quem o presidente confia muito, já se comprometeu a apresentar logo o seu re-

parlamentarismo, parece anormal porque nós não estamos acostumados com ela.

Fernando Henrique conta que, ainda ministro da Fazenda, recebeu Carlos Augusto Montenegro, do Ibope, que lhe levou uma pesquisa mostrando que o único candidato capaz de vencer o Lula era ele.

— E ganha sozinho — disse Montenegro — sem fazer alianças com ninguém.

Juthay Magalhães Jr., que também era ministro, além de parente de Montenegro, levou outras pesquisas, mais detalhadas, que apontavam no mesmo sentido.

Usava-as como argumento contra a aliança com o PFL, o partido de Antônio Carlos Magalhães, seu adversário na política da Bahia.

Fernando Henrique achava que, sozinho, poderia ganhar, mas não conseguiria realizar as mudanças na sociedade brasileira que prometia ao longo da campanha. Teria que ter uma base congressual ampla, e, portanto, teria de aliar-se ao PFL e, mais tarde, ao PMDB. Recorda:

— Nós, praticamente, tivemos de arrastar o PMDB para dentro do Governo. Quem nos ajudou foram o deputado Luís Henrique, presidente do partido, e o governador Antônio Britto. Por isto é que os dois ministros do PMDB, Jobim e Odacyr Klein, vieram do Rio Grande do Sul. Durante um bom tempo, o PMDB dizia não se sentir representado no Governo, apesar de ter os Ministérios da Justiça e dos Transportes. Depois da vinda do Luís Carlos Santos para a liderança do Governo e da afirmação do Michel Temer, também favorável às reformas, como líder do PMDB, é que a base do partido se sentiu mais integrada.

latório.

A reforma do Estado, segundo o presidente, tem três camadas, duas das quais já estão em processo.

A primeira, é a reforma da administração direta, a cargo do Ministério da Administração, que se destina a reduzir os gastos com a folha do funcionalismo encarregado de funções que não são tipicamente de Estado e, ao mesmo tempo, consolidar as carreiras do chamado "núcleo estratégico": Justiça, Forças Armadas, Receita, Itamaraty, além da Polícia Federal e da Procuradoria Geral da República.

É possível até que a despesa total com o funcionalismo aumente, mas, se isso acontecer, terá o sentido de dotar o serviço público de uma maior capacidade gerencial e de ação. A emenda proposta pelo Governo já foi aprovada na comissão mista do Congresso e espera para ser votada pelo plenário da Câmara.

A segunda etapa é a substituição do Estado empresarial pelo Estado regulador. A mudança se dará através de uma introdução anglo-saxônica na tradição administrativa brasileira: a criação de três agências reguladoras. A ANEEL, da energia elétrica, já foi aprovada. A ANP, da indústria petrolífera, está em discussão na Câmara. O desenho da agência para as telecomunicações ainda não está pronto.

A terceira reforma é a das relações do Estado com o público, no sentido de prestar-lhe melhores serviços e levará muito tempo a ser implantada. Uma vez reformado o Estado, abre-se o campo para a ocupação de espaços na América do Sul, o assunto de amanhã.

E-mail para esta coluna:
alves@rudah.com.br